

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CÂMARA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES E A
EMPRESA XXXXXX, PARA CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE
OBRA PÚBLICA, COM FORNECIMENTO DE
MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA
AMPLIAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE
INCONFIDENTES/MG.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2026

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

TIPO: MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL

A **CÂMARA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.334.389/0001-37, com sede na Rua Engenheiro Álvares Maciel nº 70, Centro, Inconfidentes/MG, CEP 37.576.000, a seguir denominada **“CONTRATANTE”**, neste ato representada por seu Presidente **WANDERLEY TAVARES DE MIRA**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº XXX.XXX.XXX-XX e RG MG-XX.XXX.XXX SSP/MG do outro lado a empresa **XXXXXXXXXX**, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX com endereço à Rua XXXXXXXXXXX, nº XXXXXX, Bairro XXXX, XXXXXXXXXXXX/XX, CEP XX.XXX-XXX, a seguir denominada **“CONTRATADA”**, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXX, portador do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, resolvem firmar o presente contrato como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Administrativo nº 009/2026, Concorrência Eletrônica nº 001/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis.

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO a “Contratação de empresa especializada na execução de obra pública, com fornecimento de materiais e mão de obra, para ampliação da Câmara Municipal de Inconfidentes/MG, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projetos anexos conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos”

Item	Discriminação	VI. Total
1.	Contratação de empresa especializada para a Execução de Obra Pública, materiais e mão de obra, para ampliação da Câmara Municipal de Inconfidentes - MG, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos anexos.	

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto do presente contrato deverá ser executado em sua totalidade, de acordo com o escopo de serviços previstos na Cláusula Primeira, sob pena de rescisão e aplicação das penalidades contratuais.

2.2. Os serviços deverão ser prestados de acordo com a Ordem de Início de Serviços, conforme cronograma físico-financeiro, incluídos todos os gastos ou despesas com tributos, fretes, transporte de ferramentas e profissionais, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e demais encargos necessários.

2.3. O contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pela CONTRATADA, sem autorização por escrito do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão.

2.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços unitários, observados os limites do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CÂMARA MUNICIPAL

INCONFIDENTES

- 2.5. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplemento da CONTRATADA não importará em alteração contratual ou novação, podendo o CONTRATANTE exercer seus direitos a qualquer tempo.
- 2.6. Correrá por conta da CONTRATADA qualquer indenização ou reparação por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa da mesma, de seus empregados e/ou representantes.
- 2.7. Não serão aceitos serviços em desconformidade com as especificações contidas no instrumento convocatório.
- 2.8. Toda responsabilidade decorrente de imprudência, negligência ou má-execução na entrega dos serviços, inclusive perante terceiros, será imputada à CONTRATADA, que deverá arcar com a reparação integral dos danos causados.
- 2.9. Operações de reorganização empresarial, como fusão, cisão ou incorporação, deverão ser comunicadas à Administração e, caso frustrem as regras da licitação, poderão ensejar a rescisão do contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$ xxx.xxx,xx (xxxxxxxxxxxx), conforme detalhamento abaixo descrito:
- 3.1.1. O valor devido pela Câmara pelo SERVIÇO será pago mediante Ordem de Fornecimento, apresentação de nota fiscal e liquidação da despesa em pagamento mensal, mediante medições mensais atestadas pelo fiscal, conforme cronograma físico-financeiro, além da apresentação dos comprovantes de regularidades perante o INSS e FGTS, podendo essas regularidades ser confirmadas por via eletrônica pela CONTRATANTE;
- 3.1.2. A execução dos serviços deverá ocorrer de acordo com o previsto no Cronograma Físico-Financeiro, seguindo as especificações técnicas do Memorial Descritivo.
- 3.1.3. Em caso de irregularidade (s) no item do objeto entregue e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.
- 3.2. O valor do CONTRATO compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, eventuais custos com transporte, frete e outras despesas correlatas necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.3. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de elaboração do orçamento estimado.

CÂMARA MUNICIPAL

INCONFIDENTES

3.4. Transcorrido o prazo de um ano, será reajustado a contratação aplicando-se o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE pelo período acumulado.

3.5. Eventuais alterações de preços em virtude de oscilações extraordinárias de mercado deverão ser objeto de justificativa formal, análise do CONTRATANTE e eventual termo aditivo, preservando-se os princípios da economicidade e interesse público.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O pagamento será feito diretamente pela CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação e atesto da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, na forma prevista nos itens seguintes.

4.1.1. A regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões, em especial a comprovação da manutenção da regularidade com o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e Cadastro Nacional de Condenações Cíveis, referente ao registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.1.2. Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver.

CÂMARA MUNICIPAL

INCONFIDENTES

4.4. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

4.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	INPC
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{100}{365} (TX)$

4.5.1. A atualização financeira prevista nesta cláusula será incluída na Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

4.6. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas dentro do prazo de validade do contrato, sob risco de não pagamento.

4.7. As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento passará a contar da entrega das Notas Fiscais/Faturas válidas.

4.8. As despesas decorrentes da presente licitação serão custeadas pela dotação orçamentária:

010100 01 031 0002 3002 0000

REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA

4.4.90.51.00

Obras e Instalações

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

Ficha 001

5. CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Ao considerar concluídos os serviços a CONTRATADA solicitará a Câmara Municipal, em até 15 (quinze) dias, que proceda a vistoria para fins de recebimento provisório dos serviços. O recebimento dar-se-á pela CONTRATANTE, através de vistoria conjunta realizada pelo responsável técnico da empresa, presidente da Câmara Municipal, membros da Comissão Permanente de Licitações, engenheiro responsável e demais técnicos, quando necessário

5.2. No Termo de Recebimento provisório, serão registradas eventuais pendências constatadas na vistoria realizada em conjunto pelas partes contratantes, desde que aquelas não impeçam a sua utilização imediata.

5.3. Caso as eventuais pendências impeçam a utilização imediata e plena dos serviços executados, o Termo de Recebimento Provisório só será firmado após a solução completa e definitiva dos problemas, dentro do prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitações da CONTRATANTE.

5.4. Decorrido o prazo de 30 (TRINTA) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Provisório, desde que não haja qualquer defeito, falha ou imperfeição nos serviços executados, será firmado o Termo de Recebimento Definitivo dos serviços.

5.5. Não serão aceitos serviços e materiais que não forem de primeira qualidade, ou em desconformidade com as especificações contidas no edital.

5.6. O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade pela perfeição, qualidade, quantidade, durabilidade, segurança, compatibilidade com o fim a que se destina e demais peculiaridades dos serviços.

5.7. A fiscalização das obras contratadas será efetuada pela Comissão Permanente de Licitações em parceria com o engenheiro contratado e demais técnicos, que deverão solicitar e assim dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários.

5.8. Obras e serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com os Projetos e Especificações Técnicas deverão ser refeitos imediatamente, não cabendo à empresa executora o direito à indenização, ficando a mesma sujeita às sanções previstas no presente edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. Haverá exigência de garantia contratual da execução, nos seguintes termos:

6.1.1. O adjudicatário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% do

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

6.1.2. Caberá ao Contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

6.1.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

6.1.2.2. Seguro-garantia;

6.1.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País, pelo Banco Central do Brasil.

6.2. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do Contratante, na Instituição Financeira indicada pela Câmara Municipal de Inconfidentes, com correção monetária, em favor do Contratante.

6.3. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

6.4. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificado.

6.5. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.6. A garantia prestada pelo Contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, nos termos do art. 100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do presente CONTRATO deverá ser fiscalizada pela CONTRATANTE, sem que essa competência exclua ou reduza a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

7.2. A CONTRATANTE designa a servidora XXXX, como responsável pela fiscalização do CONTRATO.

7.3. O fiscal deverá ter pleno conhecimento do CONTRATO e das demais condições constantes do aviso de contratação direta e seus anexos, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

CÂMARA MUNICIPAL

INCONFIDENTES

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação dos serviços prestados, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para execução dos serviços na forma e nos prazos definidos no CONTRATO;
- c) Reunir-se com o preposto da CONTRATADA, visando a estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do CONTRATO;
- d) Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, na forma prevista neste CONTRATO;
- e) Comunicar ao gestor do CONTRATO a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente.
- f) Recusar serviço prestado de forma irregular, não aceitando execução diversa daquela que se encontra especificada no Termo de Referência e demais anexos, salvo quando for prestado com qualidade superior e devidamente aceito pela autoridade competente;
- g) Solicitar à CONTRATADA justificativa para eventuais serviços não realizados ou realizados inadequadamente, podendo assinalar prazo para correções de eventuais falhas verificadas, conforme avaliação da execução dos serviços;
- h) Atestar as Notas Fiscais/Faturas mensais apresentadas pela CONTRATADA, encaminhando-as ao gestor do CONTRATO para pagamento;
- i) Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- j) Comunicar ao gestor do CONTRATO, em tempo hábil, a iminência do término do CONTRATO sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- k) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO as faltas cometidas pela CONTRATADA que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

7.4. A CONTRATANTE designa a servidora Lucinéia Daló, como servidora responsável pela gestão do CONTRATO, que, entre outras, terá seguintes atribuições:

- a)** Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- b)** Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do CONTRATO;

CÂMARA MUNICIPAL **INCONFIDENTES**

- c) Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à CONTRATADA;
- d) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação da penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais dos contratos;
- f) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, e atestadas pelo fiscal do CONTRATO, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- g) Apurar o percentual de desconto ou glosas da fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados no período de faturamento considerado, por motivos imputáveis à CONTRATADA;
- h) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados.

7.5. A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente CONTRATO, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

8.1. A CONTRATADA realizará a totalidade dos serviços descritos na Cláusula Primeira do presente contrato, no prazo máximo de 06 (seis) meses consecutivos, sendo que o prazo de início dos mesmos será contado a partir do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Início de Serviços expedida pela Secretaria da Câmara Municipal de Inconfidentes.

8.2. Local designado para execução da obra objeto da contratação: Rua Engenheiro Álvares Maciel, 70, Centro, Inconfidentes/MG – CEP: 37.576-000.

9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PARA OS CASOS DE INADIMPLEMENTO

9.1. Pela inexecução das condições contratuais, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Inconfidentes e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com o artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CÂMARA MUNICIPAL

INCONFIDENTES

9.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas decorrentes do descumprimento contratual:

I - 0,6% (seis décimos por cento) por dia de atraso na prestação do serviço até o 15º (décimo quinto) dia, sobre o valor do contrato;

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso na prestação dos serviços superior a 15 (quinze) dias, com a consequente rescisão contratual;

III - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

9.3. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria, ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (CINCO) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

9.4. Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA, a Administração poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, bem como executar garantia prestada ou interpor medida judicial cabível.

9.5. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.6. As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados à Administração por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1.1. Indicar neste ato a qual(is) servidor(res) cabe(m) acompanhar a execução contratual em sua latitude quantitativa e qualitativa e receber o objeto contratual.

10.1.2. Assegurar livre acesso ao pessoal da CONTRATADA, devidamente identificado, ao local da entrega dos produtos ou da execução dos serviços, no horário estipulado para a entrega ou execução dos mesmos.

10.1.3. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas na entrega do objeto.

CÂMARA MUNICIPAL

INCONFIDENTES

10.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

10.1.5. Rejeitar os serviços que não forem prestados ou fornecidos de forma satisfatória ou em desconformidade com as exigências contidas no edital.

10.1.6. Requisitar indenização pelos serviços que não puderem ser refeitos ou pelos bens que não puderem ser substituídos.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.2.1. Executar o objeto de acordo com as condições fixadas na cláusula primeira, obedecendo rigorosamente o prazo ajustado neste contrato, sob pena de rescisão contratual e consequente ressarcimento por perdas e danos.

10.2.2. Observar, rigorosamente, o melhor padrão de qualidade e confiabilidade dos serviços executados.

10.2.3. Responsabilizar-se pelos serviços que não puderem ser refeitos ou pelos bens que não puderem ser substituídos, obrigando-se a indenizar a CONTRATANTE.

10.2.4. Substituir ou refazer, de imediato, as suas expensas, o serviço ou bem fornecido que não se adequar as especificações constantes deste contrato.

10.2.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CÂMARA quanto à prestação dos serviços contratados ou relacionados aos bens fornecidos.

10.2.6. Responsabilizar-se penal e civilmente por prejuízo ou dano causado no ato da prestação dos serviços ou fornecimento ao CONTRATANTE, aos seus funcionários ou a terceiros.

10.2.7. Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a prestação dos serviços ou fornecimento de bens, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento pelo CONTRATANTE.

10.2.8. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do serviço prestado ou bens fornecidos, tais como salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales refeição, vale transporte e outros que porventura venham a ser criados e exigidos pelo Governo.

10.2.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes a execução da contratação.

10.2.10. Assumir todos os encargos da demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados ao serviço executado ou bens fornecidos

CÂMARA MUNICIPAL **INCONFIDENTES**

10.2.11. Manter durante toda vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE, imediatamente, qualquer fato superveniente que possa comprometer a manutenção do contrato.

10.2.12. Emitir Nota Fiscal exatamente de acordo com a ordem de pagamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

11.2. Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

11.3. As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Aplica-se a este contrato as regras contidas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Termo de Referência da Câmara Municipal de Inconfidentes – MG e demais disposições legais do gênero.

12.2. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nas normas e princípios gerais dos contratos.

12.3. Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura.

CÂMARA MUNICIPAL INCONFIDENTES

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da comarca de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Inconfidentes, XX de xxxxxx de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES

Presidente: Wanderley Tavares de Mira

CNPJ: 02.334.389/0001-37

FORNECEDOR

CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX

TESTEMUNHAS:

NOME

CPF:

NOME

CPF: